

Por uma integração político-estratégica na América Latina

Bernardo Salgado Rodrigues*

Resumo

O presente trabalho focar-se-á numa crítica ao modelo de regionalismo aberto, propondo uma integração político-estratégica, seu sentido político e socioeconômico, seus objetivos diante das assimetrias regionais e espaciais no que se refere à questão do papel da infra-estrutura, da ocupação e do desenvolvimento dos espaços no processo de integração. Ao fim, delinear-se-ão os novos modelos de integração em curso na América Latina que surgem como uma alternativa para uma integração político-estratégica pautada numa geoestratégia multidimensional, assim como novos desafios e propostas.

Palavras-chave: integração político-estratégica, geoestratégia, América Latina.

Resumen

Para una integración político-estratégica en América Latina - Este artículo se centrará en la crítica del modelo de regionalismo abierto, proponiendo una integración político-estratégica, su sentido político y socio-económico, sus objetivos contra las asimetrías regionales y espaciales en relación al papel de la infraestructura, la ocupación y el desarrollo de los espacios en el proceso de integración. Al final, centraremos en los nuevos modelos de integración vigente en América Latina que surgen como una alternativa a una integración político-estratégico orientada por una geoestratégica multidimensional, así como los nuevos retos y propuestas.

Palabras clave: integración político-estratégica, geoestrategía, América Latina.

Abstract

For a political-strategic integration in Latin America - This paper will focus on a critique of open regionalism model and proposing a political-strategic integration and its political and socio-economic sense, their goals facing the regional and spatial asymmetries to the question of the role of infrastructure, occupation and development of the spaces in the integration process. At the end, we'll be focusing at the new models of integration underway in Latin America emerging as an alternative to a political-strategic integration guided by a multidimensional geostrategic, as well as new challenges and proposals will be outline.

Keywords: political-strategic integration, geostrategic, Latin America.

*Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

1 Introdução

O desenvolvimento na América Latina foi tema de intensos debates ao longo do século XX. A partir de uma análise interpretativa crítica e original, o pensamento estruturalista cepalino dos anos 1960 iniciou sua trajetória de formação de um padrão de desenvolvimento desejável e viável, assim como os estudiosos da teoria da dependência se debruçaram sobre as razões de dependência da América Latina que inviabilizavam seu pleno desenvolvimento. A partir dos anos 1980, tem-se a sistematização da corrente de pensamento da Economia Política Internacional denominada de poder global que, a partir de sua construção teórico-metodológica, serve como um arcabouço interpretativo da realidade latino-americana diante dos grandes centros de poder mundiais.

Desta maneira, o debate acerca da possibilidade de um desenvolvimento endógeno latino-americano ainda se encontra em pauta no século XXI. A necessidade de uma agenda nacional e regional congruentes e a criação de estratégias de desenvolvimento que abarquem a macroeconomia e finanças, desenvolvimento produtivo e comércio, desenvolvimento social e desenvolvimento sustentável são imperativos para se pensar de forma articulada e conjunta o futuro da região. A integração regional busca fomentar o desenvolvimento latino-americano e a interação entre os povos de forma a ampliar a inserção do continente no sistema interestatal capitalista e, inclusive, de modificar os rumos do tabuleiro político, econômico e geopolítico global.

Neste sentido, a lógica da integração regional via “regionalismo aberto” dos anos 1990 – que visa além dos ganhos com escala, permitir o aumento do grau de concorrência interna, afetar as expectativas dos investidores internos e externos, aumentar o grau de eficiência produtiva, facilitar a absorção de progresso tecnológico – demonstra-se aquém de processos de integração regional que buscam reverter os históricos laços de dependência, subordinação e subdesenvolvimento na América Latina.

Assim, o presente trabalho focar-se-á numa crítica ao modelo de regionalismo aberto, propondo uma integração político-estratégica, seu sentido político e socioeconômico, seus objetivos diante das assimetrias regionais e espaciais, seu sentido macroeconômico da integração e no que se refere à questão do papel da infra-estrutura e da ocupação, do desenvolvimento dos espaços e regiões no processo de integração. Ao fim, delinear-se-á os novos modelos de integração em curso na América Latina que surgem como uma alternativa para uma integração político-estratégica pautada numa geoestratégia multidimensional, assim como novos desafios e propostas.

2 Regionalismo aberto

A partir da perspectiva neoliberal dos anos 1980-1990 como parte de um amplo programa de ajuste estrutural para a região, o pensamento e o debate dominantes sobre integração regional se sofisticaram com as propostas do re-

gionalismo aberto da CEPAL (1994), apresentadas no documento *El regionalismo abierto en América Latina y el Caribe*, onde passaram a incluir temas e objetivos não-econômicos (como instituições, marco regulatório, efeitos polarizadores, transformação produtiva, valor agregado, tecnologia, infra-estrutura, entre outros), mas mantendo sua essência economicista. Nesta abordagem, “a ênfase do regionalismo está na criação de corrente de comércio (regional e internacional) e não no desvio de comércio para dentro da região para aproveitar as vantagens estratégicas do mercado regional.” (PADULA, 2010, p. 38)

A definição de regionalismo aberto do próprio documento da CEPAL (1994) consistia

un proceso de creciente interdependencia económica a nivel regional, impulsado tanto por acuerdos preferenciales de integración como por otras políticas en un contexto de apertura y desreglamentación, con el objeto de aumentar la competitividad de los países de la región y de constituir, en lo posible, un cimiento para una economía internacional más abierta y transparente.

Uma interdependência guiada pelo mercado e com o propósito de realizar um debate “en torno de la integración latinoamericana en un contexto cualitativamente distinto al existente en los años cincuenta y sesenta, época de los primeros y pioneros esfuerzos realizados en este sentido por los países de la región” (CEPAL, 1994), ou seja, diferente de um enfoque desenvolvimentista.

Para impulsionar a transformação produtiva se deveria promover a liberalização comercial intrarregional a fim de favorecer o processo de especialização intraindustrial que adquiriria maior importância devido ao conjunto de práticas empresariais associadas à abertura e à desregulamentação no contexto da globalização. Desta maneira, no início da década de 1990, todos os governos – majoritariamente neoliberais – da região realizaram esforços a fim de melhorar sua inserção na economia internacional em resposta as insuficiências demonstradas nos casos anteriores de estratégias de industrialização.

Logo, a interdependência econômica proposta pelo regionalismo aberto teria sido possível devido a alguns elementos, como uma liberalização ampla dos mercados dos países, “una misma tendencia hacia la constitución de un marco macroeconómico coherente y estable, la liberalización comercial unilateral, la promoción no discriminatoria de las exportaciones, la desreglamentación y la eliminación de trabas a la inversión extranjera, las privatizaciones y la supresión de restricciones de pagos.” (CEPAL, 1994)

Entretanto, de todo o documento, a passagem mais emblemática talvez seja a defesa do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), analisando o caso concreto do México de acesso mais “estável” a seu principal mercado, reforçando a credibilidade de suas políticas e garantindo a incorporação do país ao processo de globalização. Não somente realiza a defesa desse processo de integração em benefício do México – o que pode ser

desqualificado a partir de uma análise histórica da economia mexicana – como propõe sua expansão para toda a América Latina.

Por tratarse del primer acuerdo recíproco de libre comercio suscrito entre un país desarrollado y otro en desarrollo, el TLC podría constituir un importante antecedente para otros países de la región. Cabría esperar la constitución de un TLC abierto, que facilite el acceso de los países de la región de acuerdo con condiciones claras mutuamente convenidas, favoreciendo el acceso conjunto de los países que forman parte de acuerdos de integración congruentes con el regionalismo abierto (CEPAL, 1994).

Tal fato consiste em um projeto de expansão da integração regional à época que culminaria na Área de Livre Comércio das Américas – ALCA – como projeto maior para toda a América Latina, sendo inclusive um objetivo exposto no documento: “no es utópico plantear la posibilidad de impulsar un proceso de integración que culmine –sin fecha preestablecida– en la constitución de una zona de libre comercio de alcance regional, y acaso hemisférico.” (CEPAL, 1994)

Logo, o regionalismo aberto delega um papel menor ao Estado na economia, não somente em termos de participação nos investimentos, mas também no gerenciamento e planejamento. Esta concepção toma como dada a restrição financeira estatal, devido aos seus compromissos com o “bom comportamento” macroeconômico, devendo priorizar e alcançar metas fiscais (superávit primário ou déficit nominal) e inflacionárias (ou cambiais), cumprir serviços da dívida, e restringir a política monetária e fiscal diante de um regime de livre mobilidade de capital, sob o julgamento dos mercados e compromissos com os organismos internacionais. (PADULA, 2010, p.61) Assim, o papel do Estado se restringe à promoção da liberalização dos fluxos de comércio e investimentos e à constituição de um arcabouço regulatório favorável à atração de investimentos privados, onde a lógica econômica se sobrepõe a lógica política. (PADULA, 2010, p.65)

Um dos autores mais importantes acerca da temática da integração latino-americana é Renato Baumann, atual diretor da Área Externa do IPEA e ex-diretor do escritório da CEPAL no Brasil (1995-2010) durante o período de sistematização do regionalismo aberto cepalino.

Para Baumann, a integração permite a exploração/ganhos de economias de escala com custos mais baixos de produção, alterações das relações de troca, maior acesso a mercados externos, aumento no grau de concorrência, mudança tecnológica, estímulos a investimentos internos e externos, cooperação monetária e financeira, dentre outros determinantes econômicos. A partir da identificação de ganhos e perdas / criação e desvio de comércio – no qual se o valor criado supera o desvio, o acordo é considerado socialmente benéfico, tanto no que se refere a impactos na produção como no consumo – com a formação

de uma união aduaneira, Baumann afirma que para que a união seja economicamente viável deve-se buscar um grupo de países potencialmente parecidos, mas ao mesmo tempo potencialmente distintos, com a finalidade de que haja divergências significativas nos custos comparativos entre os diversos produtores no qual os ganhos derivados da integração tenderiam a ser maiores quanto mais semelhantes forem as estruturas produtivas, as estruturas de demanda interna. (BAUMANN, 2013, p.49)

Em sua visão, o regionalismo como intensificação do intercâmbio comercial seria essencialmente a criação de um ambiente mais favorável aos negócios entre países de uma mesma região em comparação com terceiros países e um instrumento para incrementar as transações comerciais e complementaridades produtivas. A tecnicidade seria útil inclusive para operacionalizar solução de conflitos através de mecanismos para solução de controvérsias como forma de “despolitizar” os conflitos comerciais, sem que seja necessário levar os conflitos a negociações políticas, sendo tratados puramente no âmbito técnico-comercial.

Destaca dessa maneira os desafios do regionalismo na América Latina para que se possa promover um intercâmbio comercial mais intenso e uma maior complementaridade produtiva, como: 1 – necessidade de um motor do crescimento regional, ou seja, existência de uma “âncora” (um sócio maior), um ou mais membros com potencial econômico significativamente mais expressivo do que os demais parceiros e que opere como motor de crescimento; 2 – diversificação de mercado, aprendendo a lidar com parceiros e interesses variados; 3 – promoção do regionalismo diante da multiplicidade de acordos comerciais preferenciais; 4 – dificuldade na identificação de uma nova racionalidade às políticas de estímulo à integração regional, o que se esperar como resultado dos acordos preferências regionais; 5 – necessidade de construção de uma cooperação monetária e financeira; 6 – mais regionalismo com menos barreiras políticas, no qual se deveria adotar um enfoque de tipo “focado em negócios” a partir da redução da dimensão política, atestando que o cenário hoje na região apresenta barreiras políticas ao processo de integração e considerando que “a superação das barreiras políticas à integração é, assim, talvez o maior dos desafios nesse sentido” (BAUMANN, 2013, p.186); [1] 7 – alterar a lógica negociadora, modificando a composição dos fluxos de comércio regional de modo a incluir cada vez mais a oferta de bens de produção fabricados nos países da região, aumentando assim a aposta na complementaridade produtiva [2].

No contexto latino-americano, o autor identifica uma evolução no tempo na racionalização dos argumentos referentes à integração regional como ferramenta política para promoção do desenvolvimento. No que se refere ao regionalismo aberto, além dos ganhos com escala, permitiria aumentar o grau de concorrência interna, afetaria as expectativas dos investidores internos e externos, aumentaria o grau de eficiência produtiva e facilitaria a absorção de progresso tecnológico. Assim, visualiza o processo de integração via regionalismo aberto de forma compatível com a abertura multilateral num momento em que a maior

parte das economias adotou políticas comerciais liberais, eufemisticamente nomeando o período neoliberal da década de 1990 como “a década das reformas na América Latina” (BAUMANN, 2013, p.75), se preocupando com o projeto de integração quando este afeta “as expectativas dos investidores internos e externos, reduz custos de transação e aumenta a eficiência produtiva, e tudo isso contribui para elevar os níveis de competitividade.” (BAUMANN, 2013, p.75)

Apesar de Baumann propor alternativas importantes para a discussão da integração regional no âmbito econômico, sua sistematização carece de uma amplitude maior com um debate político, social e infraestrutural, elementos que são de suma importância para o processo de integração regional, uma vez que o autor somente reformula as teorias clássicas consagradas da economia internacional e da microeconomia adaptando-as ao contexto latino-americano, mas sem um senso crítico de um planejamento político-estratégico da integração para a América Latina que busque reverter o subdesenvolvimento e a dependência/vulnerabilidade externa.

Da mesma maneira a lógica geopolítica do regionalismo aberto e a visão atualmente dominante sobre integração de infra-estrutura regional pode ser sintetizada a partir da Iniciativa de Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana – IIRSA – um programa conjunto dos doze governos da América do Sul que busca promover a integração sul-americana através da integração física desses países com a modernização da infra-estrutura de transporte, energia e telecomunicações mediante ações conjuntas, sendo financiado pelo BID, CAF, FONPLATA e BNDES.

Apresenta-se como um projeto para formar uma área de livre comércio regional a fim de integrar competitivamente a região sob uma visão estratégica da infra-estrutura enquanto unidade geoeconômica, impulsionando projetos – tanto os novos como na ampliação dos já existentes – segundo determinados critérios e princípios estabelecidos – como o regionalismo aberto e a coordenação público-privada – e identificar fórmulas inovadoras de apoio financeiro de maneira a estimular a participação de investidores privados.

Desta maneira, foram propostos os Eixos de Integração e Desenvolvimento (EIDs) que constituem o principal enfoque do Plano de Ação da IIRSA. Seguindo a visão puramente geoeconômica da região, eles organizariam o espaço regional em torno de franjas multinacionais que concentram fluxos de comércio atuais ou potenciais, nos quais se busca estabelecer um padrão mínimo comum de qualidade de oferta de infra-estrutura, a fim de apoiar as atividades produtivas específicas de cada EID, para o mercado interno – possivelmente formando cadeias produtivas – e para exportação – apoiando a competitividade global. (PADULA, 2010, p.183)

Estes princípios fundamentais para as ações da IIRSA somam-se à lógica geográfica embutida no desenho voltado “para fora” de seus “Eixos de Integração e Desenvolvimento”, diretamente influenciado pelo regionalismo aberto e pela priorização da concepção de corredores de expor-

tação, que é totalmente atrelada à lógica neoliberal de conexão entre logística e inserção nos fluxos de comércio internacionais. Assim, a ênfase da visão dominante está sempre na formação de uma área de livre comércio regional e na igual importância de sua ligação com o mercado global, ganhando proeminência o estabelecimento dos chamados corredores de exportação e a ligação “para fora” (para a costa) (PADULA, 2010, p.60).

Observando-se o mapa mostrado na Figura 1, pode-se constatar que dos dez Eixos de Integração e Desenvolvimento, seis possuem ligações bioceânicas, priorizando um modelo de integração “horizontal” que, no contexto geográfico da América do Sul, não concerne uma integração que busque realizar uma vertebração infraestrutural do subcontinente que seria constituído basicamente numa verticalidade, priorizando interesses geoeconômicos de cunho liberal em detrimento de interesses geopolíticos desenvolvimentistas. Toma-se como exemplo o caso do projeto da Amazônia [3] na IIRSA, que está atrelado

à construção de uma infra-estrutura de conexão viária de corredores de exportação voltados para a costa, especialmente para o Pacífico e incluindo um eixo bioceânico, internacionalizando o acesso dos recursos da região aos Estados Unidos, países centrais e asiáticos (com destaque para China e Índia), e colocando-os a serviço da acumulação de poder e capital destes países (PADULA, 2010, p.160).

Aliado a estes fatos, em todos os países da região encontram-se grupos de interesse ligados a atividades agro-exportadoras, de exploração de recursos naturais e ao comércio e finanças internacionais, elites que defendem o liberalismo econômico de forma geral e associadas a interesses externos, apoiando a visão de regionalismo aberto, de construção de corredores de exportação e da condução privada para a infra-estrutura de integração regional.

Assim, nesta perspectiva, o sentido (geo)político do regionalismo aberto na integração da América do Sul ou Latina seria formar blocos para fortalecer as posições de barganha internacional dos países para negociar acordos multilaterais em favor do livre comércio global, para obterem ganhos na comercialização dos bens em que possuem vantagens comparativas, seguindo a lógica puramente economicista de liberalização e atração de fluxos de investimento direto estrangeiro de países mais desenvolvidos que promoveriam o desenvolvimento e a convergência dos países do Sul de acordo com seus princípios de livre mercado concorrencial, não modificando assim a estrutura da inserção latino-americana no sistema internacional num sentido geoestratégico.

Na próxima seção, discutir-se-á uma visão alternativa ao modelo do regionalismo aberto propondo uma integração de sentido político-estratégico, levando-se em consideração determinantes históricos, geográficos, políticos e econômicos.



Fonte: IIRSA.

Figure 1: Eixos de Integração e Desenvolvimento (IIRSA)

3 Integração político-estratégica

Nesta seção serão apresentados quais devem ser os princípios, objetivos e direções de um processo de integração regional, especialmente entre países periféricos, de uma visão político-estratégica do processo de integração regional: seu sentido político e sócioeconômico, seus objetivos diante das assimetrias regionais e espaciais, assim como a questão do papel da infra-estrutura e da ocupação e desenvolvimento dos espaços e regiões no processo de integração.

A premissa inicial consiste que o objetivo de um projeto de integração regional deve ser que os países partícipes se desenvolvam economicamente e socialmente, reduzam sua dependência e vulnerabilidade externa, ganhem autonomia estratégica e projeção de poder no sistema internacional (PADULA, 2010, p.67) onde a concepção e os objetivos políticos desempenham papel fundamental no processo de integração regional. Assim, pode-se identificar dois planos de objetivos políticos entrelaçados que devem estar presentes num processo de integração regional:

Na esfera interna, o objetivo político da integração deve ser o de afirmar e aumentar a legitimidade dos Estados membros, e conseqüentemente seu poder “para dentro”, atendendo a demandas e condições sócio-políticas internas. No âmbito externo, como objetivo geopolítico, o processo de integração deve trabalhar em favor da projeção de poder e autonomia relativa dos países membros e do bloco no sistema internacional, influenciando decisões, sistema ju-

rídico e as regras formais e informais internacionais, a agenda internacional e os organismos multilaterais - que são determinantes para distribuição da riqueza e das possibilidades de desenvolvimento entre e dentro dos Estados, aumentando assim sua capacidade de moldar as estruturas do sistema internacional em diferentes esferas (PADULA, 2010, P.77).

O projeto de integração deve estar alinhado ao projeto de desenvolvimento da América Latina. Segundo Costa (2010, p.47), deve-se arquitetar

um modelo de intervenção planejada que tenha como fundamento básico para o campo econômico uma estratégia que considere o mercado como algo que se constrói não só pela razão, mas também pela vontade. Este planejamento não deve considerar a lógica perversa do liberalismo econômico que, até recentemente, se colocou acima das relações internacionais e procurou impor a qualquer projeto político a lógica primitiva e imediata do rentismo que existe no capitalismo.

Um pensamento político-estratégico da integração deve adotar a suposição de que o tratamento igual aos desiguais simplesmente aumenta as desigualdades, (MEDEIROS, 2007, p.218) fundamentando assim seu planejamento sob a constatação da priorização dos países menos desenvolvidos. Visualiza-se duas concepções distintas de regionalização: uma fundamentada no nivelamento das regras do

jogo e que objetiva o livre-comércio e outra que considera que a cooperação pressupõe o desnivelamento das regras entre parceiros desiguais e enfatiza o comércio estratégico. (MEDEIROS, 2007, p.222)

Desse modo, a busca de uma regionalização voltada para o comércio estratégico faz parte de uma estratégia global dos Estados nacionais em favor da integração estratégica de suas indústrias, não mais limitado ao espaço nacional, mas se exercendo em um contexto que transcende seus limites territoriais em que é relevante o impacto da regionalização sobre a expansão econômica e o emprego do conjunto dos países, à diversificação produtiva e à maior ou menor prevalência de mecanismos de cooperação e complementaridade sobre os mecanismos de concorrência.

Diferentemente do projeto proposto pela IIRSA, a oferta de infra-estrutura sob um ótica político-estratégica é fundamental para estabelecer a primazia da geração de riqueza em favor da região e de sua população em detrimento de simplesmente colocar a exploração dos seus recursos à disposição de outros países, inserindo-os competitivamente na teia produtiva global a partir da histórica relação centro-periferia. No que tange ao tema, nem sempre o traçado mais eficiente em termos econômicos estáticos será o melhor, pois objetivos sociais e/ou político-estratégicos podem prevalecer. (PADULA, 2010, p.164)

Na questão dos transportes na América do Sul é revelada a necessidade de se privilegiar tanto a integração norte-sul quanto a ligação leste-oeste (bioceânicas ou interoceânicas) – com ligações troncais, diagonais e horizontais cruzando todo território. A formação de corredores de integração (“para dentro”) deve ter prioridade sobre os corredores de exportação, embora ambos sejam importantes e devam estar articulados, tendo que os últimos se submeter à lógica dos primeiros. A formação do mercado regional é mais importante que a ligação ao mercado externo no processo de integração econômica, política e territorial, construindo um contínuo espacial, mais seguro e coeso. Mas são os motivos políticos e socioeconômicos que atribuem a razão e a direção do projeto de integração regional e especificamente de integração de infra-estrutura. (PADULA, 2010, p.164)

Para Darc Costa (2012, p.21-23), segundo uma ótica viária, a América do Sul é composta por sete grandes espaços estratégicos de tráfego, basicamente determinados pelas suas características físico-geográficas (Figura 2): Litoral Atlântico; Planalto Brasileiro; Bacia do Prata; Cordilheira Andina; Litoral do Pacífico; Planície Amazônica e; Orenoco / Caribe. Estes espaços estratégicos precisam ser interligados entre si, assim como seus pólos internos, envoltórias e interconexões estratégicas, sem olvidar da ligação com o Mar do Caribe e o restante da América Latina.

Diferentemente do modelo proposto pelo regionalismo aberto, mais especificamente pelo projeto da IIRSA, o objetivo de conexão com o mercado externo deve estar presente, mas subordinado a prioridade de integração de maneira a possibilitar a expansão e a produção da ativi-

dade comercial da região.

Un modelo de integración presupone que la oferta de infraestructura debe ser organizada de forma de aprovechar los recursos de la región, prioritariamente, a favor de su autonomía y de su desarrollo, agregando el máximo de valor y tecnología posible. Cada conexión exige una solución de infraestructura específica, modal y logística. Para concebirse la oferta de infraestructura necesaria a la integración física, es fundamental el conocimiento de las especificidades geográficas, orográficas, topográficas y demográficas, y de los recursos naturales de cada región (COSTA, 2012, p.24).

Deve-se priorizar as interconexões estratégicas e pólos integradores para orientar uma proposta de infraestrutura para a região a partir de um sentido geográfico e político, geopolítico e econômico da integração com uma organização e o aproveitamento dos espaços com a finalidade de organizar um espaço econômico com base na industrialização, comércio estratégico, formação de um amplo mercado e poder em favor da autonomia, conectando os espaços econômicos de produção e consumo e possibilitando a indução de regiões mais atrasadas economicamente com sua interconexão.

Logo, uma infraestrutura física da integração espacial deverá dirigir-se à construção de conexões dos espaços de trânsito com seus pólos integradores, aproveitando seus eixos integradores e na direção da interconexão do trânsito com a construção de canais de ligação direta entre as interconexões estratégicas e destas com os pólos integradores, assim como destes entre si, como ilustra a Figura 3. “Un sistema de infraestructura ideal será aquel que proporcione un mejor aprovechamiento de las facilidades de desplazamiento, de oferta de energía y de comunicación, e de los insumos demandados por el proceso productivo.” (COSTA, 2012, p.25)

É fundamental a instauração de canais de articulação que conjuguem o acesso ao transporte, energia e telecomunicações. Os canais de articulação no espaço terrestre podem ser realizados tanto pela via fluvial como pela terrestre. No caso do primeiro, a América Latina apresenta condições subutilizadas que podem engendrar o estabelecimento de uma intensa rede de vias fluviais a partir do Mar do Caribe, da Bacia do Orenoco, da Bacia Amazônica e da Bacia do Prata, que “proporcionan una incomparable posibilidad de creación de una red de transporte fluvial capaz de integrar toda la masa terrestre.” (COSTA, 2012, p.26) Já pela via terrestre, suas instalações devem ser acompanhadas por instalações de energia e comunicação, onde em sua fase final estes eixos deveriam estar equipados com estradas, vias férreas, linha de transmissão de energia, gasoduto e linha de fibra ótica, como demonstrado na Figura 4, tratando-se, portanto, “de proporcionar en una misma franja todas las instalaciones necesarias para el desarrollo estructurado de espacios” (COSTA, 2012, p.28).

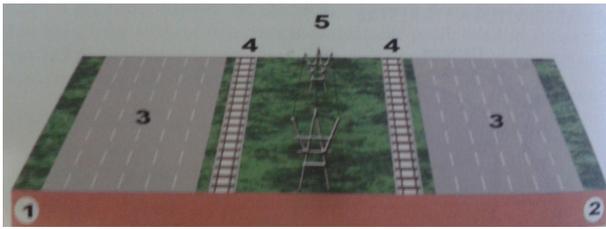


Figure 4: Canais de articulação

Propõe-se, a partir da sucinta exposição de um pensamento político-estratégico da integração, dez pontos que visam um diálogo com essa corrente:

- Pensamento crítico político-estratégico: desafio de construção de um pensamento político-estratégico do processo de integração de forma crítica;
- Multidimensionalidade: visualização do processo de integração a partir de uma diversidade de aspectos políticos, econômicos e sociais;
- Industrialização endógena: integração industrializante endógena e conjunta de convergência produtiva, científica, tecnológica e de inovação;
- Desenvolvimento via integração: esforço para desenvolver os países da América Latina e Caribe no qual a integração produtiva deve ser produzida pelos governos disciplinando os capitais nacionais e internacionais;
- Raízes desenvolvimentistas: retomada do desenvolvimentismo outrora presente na região que fora relegado a partir da onda neoliberal dos anos 1990;
- Concepção concreta do desenvolvimento: discussão e formulação de políticas públicas na concepção do desenvolvimento não é abstrata, é concreta e geopolítica;
- Geopolítica estruturante: conexão de espaços estratégicos que fomentem o pleno e soberano desenvolvimento endógeno da região;
- Geopolítica da resistência: a transformação geopolítica atual do mundo mantém as pautas geradoras dos desenvolvimentos desiguais dos povos, não caminhando espontaneamente para a igualdade. Logo, há a necessidade da disputa e do controle pelo poder mundial, no qual a integração da região em si é um aspecto fundamental para melhoria das condições internacionais pela via de uma concepção geopolítica pautada nas especificidades da região e não pela reprodução pura e simples de modelos geopolíticos exógenos que muitas vezes não condizem com as condições materiais e históricas da América Latina;
- Construção metodológica: papel fundamental das universidades e centros especializados no desenvolvimento de um planejamento estratégico;
- Diversidade ideológica: não é imperativo ter uma simetria ideológica entre os países latino-americanos, mas necessita-se a articulação de um pensamento crítico que almeje um futuro conjunto e comum.

Em suma, a discussão até aqui realizada no que tange a contraposição entre o regionalismo aberto e a integração político-estratégica pode ser sintetizada no Quadro 1:

Dessa forma, busca-se uma integração político-estratégica de cunho desenvolvimentista para os projetos de inte-

gração regional na América Latina, cujos primeiros passos começam a ser realizados no começo do século XXI.

4 Novos modelos de integração na América Latina

Buscou-se até o presente momento realizar uma contraposição teórico-metodológica entre a integração via regionalismo aberto e a integração político-estratégica, frisando que o último modelo seria de suma importância para fomentar um desenvolvimento regional endógeno e reverter o papel da América Latina no sistema internacional.

A parte seguinte e conclusiva do presente do trabalho busca delinear os novos modelos de integração latino-americanos no século XXI que se distinguem dos projetos de integração desde a década de 1960 na região uma vez que buscam um desenvolvimento na América Latina pela via de uma integração político-estratégica.

O Quadro 2 demonstra uma síntese – ainda que bem simplificada – dos diferentes padrões de integração na América Latina e Caribe desde a década de 1960, apontando quatro momentos distintos até os dias atuais a partir de aspectos como modelo econômico, paradigma, metodologia, tipo de integração e principais exemplos.

A integração se coloca primeiramente com os libertadores na independência dos países latino-americanos; nos anos 1960 pela ALALC, com a industrialização como elemento para superação do subdesenvolvimento, que se enfraquece nos anos 1980; nos anos 1990, via regionalismo aberto influenciado pelo neoliberalismo e pelo Consenso de Washington; nos anos 2000, tem-se uma relativa crise das forças neoliberais e ascensão de forças contrárias ao liberalismo, com projetos de integração populares progressistas. Dessa maneira, constata-se o avanço da esquerda e uma mudança no processo de integração distinto do regionalismo aberto e propondo um regionalismo estratégico no qual se coloca em questão como objetivo a construção de uma soberania produtiva, financeira, política, social, cultural, militar, colocando a região como um eixo importante na construção de um mundo multipolar.

Logo, o escopo da parte final do presente será focado no 4º Padrão de Integração, analisando os projetos da UNASUL, ALBA e CELAC cujo viés integracionista possui elementos político-estratégicos, como se buscará demonstrar.

4.1 UNASUL

A UNASUL – União das Nações Sul-Americanas – consiste num organismo regional que tem por objetivo construir, de maneira participativa e consensual, um espaço de articulação no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos. Formada pelos doze Estados do subcontinente, teve seu tratado constitutivo assinado em Brasília, em 2008.

A partir de um projeto de integração sul-americana multissetorial de energia, educação, saúde, meio ambiente, infra-estrutura, segurança e democracia, a Unasul busca

Quadro 1: Síntese de concepções de integração de infra-estrutura (PADULA, 2010).

Linha de concepção / Forma de integração	LIBERAL Regionalismo aberto (fragmentada e geoeconômica)	DESENVOLVIMENTISTA E REALISTA Integração político-estratégica (geopolítica e estruturante)
1. Concepção geográfica de integração de transportes	"Eixos de integração e desenvolvimento"; "Corredores de exportação"; Geoeconômica.	Conexão de espaços estratégicos; prioridade aos corredores logísticos de integração, articulação Norte-Sul e Leste-Oeste; Geopolítica.
2. Integração energética	Harmonizar mercados e fomentar investimento privado	Autonomia (auto-suficiência), complementaridade e interdependência energética regional.
3. Objetivos econômicos e comerciais	Fluxo de comércio e investimentos: forças de mercado e eficiência alocativa.	Industrialização conjunta, geração de emprego e renda. Comércio e produção estratégica.
4. Planejamento, decisões e reflexos	Decisões descentralizadas e flexibilidade. Projetos desconexos e dispersos, voltados para fora.	Decisões centralmente planejadas, coordenadas com outras iniciativas. Organicidade e sinergias entre projetos, interconectando e articulando a região. Sequências eficientes de investimentos.
5. Macroeconomia e forma de financiamento	Papel do Estado reduzido (restrição orçamentária): estabilidade de preços. Predomínio das agências multilaterais e do capital privado (PPPs): "fórmulas inovadoras".	Keynesianismo. Fundos regionais de desenvolvimento e infra-estrutura, sistema de créditos recíprocos, sistemas de garantias, investimento estatal - com participação desejável, sinérgica e coordenada das agências multilaterais e do capital privado.

Quadro 2: Conceitualização dos diferentes padrões de integração na América Latina e Caribe

Aspectos	1º Padrão de integração	2º Padrão de integração	3º Padrão de integração	4º Padrão de integração
Modelo econômico	Industrialização via substituição de importações	Promoção de exportações	Liberalismo e abertura econômica	Neo-desenvolvimentismo
Paradigma	Desenvolvimentista e estruturalista	Desenvolvimentista e estruturalista	Livre comércio	Cooperação e flexibilização
Metodologia	Planificação	Planificação flexível	Reduções tarifárias	Desenvolvimento de áreas comerciais
Tipo de integração	Econômica	Econômica	Econômica	Política e econômica
Principais exemplos	MCCA - Mercado Comum Centro - Americano ALALC - Associação Latino-Americana de Livre Comércio ODECA - Organização dos Estados Centro-Americanos	CARICOM - Comunidade do Caribe SELA - Sistema Econômico Latino-Americano GRUPO DO RIO ALADI - Associação Latino-Americana de Integração	MERCOSUL - Mercado Comum do Sul CAN - Comunidade Andina SICA - Sistema de Integração Centro-Americana IIRSA - Iniciativa de Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana	UNASUL - União de Nações Sul-Americanas ALBA - Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América CELAC - Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos

a união entre as nações sul-americanas através da construção de uma identidade regional, impulsionando uma série de projetos a longo prazo que buscam integrar a América do Sul através de um desenvolvimento regional sustentável.

Uma das experiências mais enriquecedoras da UNASUL consiste nos seus doze Conselhos Setoriais a fim de compreender quais implicações, projeções e formulações de políticas públicas podem ser realizadas pelos países da região a fim de se buscar a eliminação das desigualdades socioeconômicas, a inclusão social, a participação cidadã, o fortalecimento da democracia e da soberania regional. (RODRIGUES, 2013)

Neste aspecto, a intensificação dos trabalhos a serem realizados pelos conselhos setoriais nos próximos anos é de suma importância para que haja um retorno à população sul-americana dos esforços empreendidos pela instituição. Como exemplo empírico, em evento realizado em Caracas em 29 de maio de 2013, o secretário geral da Unasul, Alí Rodríguez Araque, pontuou que entre as suas principais propostas estaria a criação do Instituto de Altos Estudos da Unasul a fim de conhecer melhor a realidade de toda a região; o projeto de um Serviço Geológico Sul-americano; e um Instituto de Ciência e Tecnologia, acompanhado de uma rede de instituições científicas para a região. Assim, novos projetos surgem e devem ser estimulados para que entrem em prática, de maneira com que a instituição se fortaleça e obtenha respaldo político tanto na região como no mundo. (RODRIGUES, 2013)

Dessa maneira, considera-se importante uma articulação entre a UNASUL e o MERCOSUL para a construção de um novo pensamento crítico e a visibilidade de um novo contexto geopolítico, principalmente com a entrada da Venezuela, centrado em um “Nuevo Consenso del Sur” com ativa participação popular. Deve-se discutir os desafios do Mercosul e da Unasul no sentido de continuar seus avanços com necessidade de aprimoramentos, mas validando as conquistas que já foram realizadas.

O fato é que a Unasul – pelo menos em seu discurso – busca se estabelecer como uma importante instituição supranacional que busca integrar os países da região levando em consideração não somente aspectos integracionistas de cunho econômico, mas político, social, cultural, estratégico. Possui assim um grande peso econômico para a região e com grandes avanços políticos, mas não com a radicalidade necessária.

4.2 ALBA

A Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América - Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP) surgiu em 2004 como uma aliança política, econômica e social em defesa da independência, autodeterminação e da identidade dos povos que compõem os países da América Latina e do Caribe como uma alternativa às negociações para a criação da ALCA. Tem como ênfase a solidariedade, a complementaridade, a justiça e a cooperação no intuito de produzir as transformações estruturais e do sis-

tema de relações necessárias para alcançar o desenvolvimento integral necessário para a continuidade da existência dos países latino-americanos como nações soberanas, tendo como países membros a Venezuela, Cuba, Bolívia, Nicarágua, Dominica, Antígua e Barbuda, Equador e São Vicente e Granadinas.

Dentre os seus princípios, afirma que o comércio e o investimento não devem ser um fim em si mesmo, mas instrumentos para alcançar um desenvolvimento justo e sustentável, dado o fato de que a verdadeira integração latino-americana e caribenha não pode ser um produto cego do mercado, muito menos uma simples estratégia para ampliar os mercados externos ou estimular o comércio, baseando-se no princípio de que existem parceiros, e não patrões; tratamento especial e diferenciado, que leva em conta o nível de desenvolvimento dos vários países e a dimensão de suas economias; a complementaridade econômica e a cooperação entre os países participantes, com princípios de não competição entre países e produções; cooperação e solidariedade, que são traduzidos em planos especiais para os países menos desenvolvidos da região; promoção de investimentos de capital latino-americanos na América Latina e no Caribe, com o objetivo de reduzir a dependência dos países da região sobre os investidores estrangeiros; desenvolvimento inclusivo das comunicações, dos transportes e integração energética; ações para permitir a sustentabilidade do desenvolvimento; defesa da cultura latino-americana e caribenha e da identidade dos povos da região, com respeito especial e promoção das culturas autóctones e indígenas; coordenação das posições nas esferas multilaterais e nos processos de negociação de todos os tipos com países e blocos de outras regiões.

No que se refere ao comércio em si, se baseia na complementaridade, solidariedade e cooperação com mecanismos que implicam a independência monetária e financeira, sem condicionamento nem ingerência nos assuntos internos, com proteção do interesse da produção nacional e tratamento solidário para as economias mais fracas com políticas tarifárias aptas para as exigências dos países em desenvolvimento, buscando ainda promover um crescimento econômico em harmonia com a natureza, segurança alimentar e proteção dos serviços básicos como os direitos humanos.

Dentre as principais iniciativas do ALBA destacam-se a criação do Banco del Alba [4], um banco financiador da integração produtiva alternativa aos demais organismos internacionais numa tentativa de engendrar uma nova arquitetura financeira na região; o SUCRE (Sistema Unitario de Compensación Regional de Pagos) [5] que consiste num mecanismo que serve para canalizar pagamentos internacionais resultantes das operações de comércio mútuo entre os países membros baseando-se na utilização de uma moeda virtual (sucre) para as operações de gravação exclusivamente entre bancos centrais, enquanto a instalação local (pagamentos aos exportadores e importadores) é feito com as respectivas moedas locais países membros; e a PetroCaribe, aliança petroleira entre alguns países do Caribe com a Venezuela que consiste em que

os países caribenhos comprem o petróleo venezuelano em condições de pagamento preferencial tendo sido criado devido aos abusos que os navios estrangeiros realizavam com os países do Caribe com respeito à venda do petróleo a preços excessivos.

A integração regional sob a constatação de um quarto padrão de integração se desenvolve com força a partir da criação da ALBA, onde surge um conjunto de ênfases e temáticas que não apareciam nas tentativas anteriores, havendo uma reformulação do enfoque integracionista.

Dessa forma, a ALBA se apresenta como um processo de integração que incorporou o maior radicalismo em seus projetos e onde se colocam as necessidades dos povos antes das necessidades do capital com um instinto de solidariedade em prática no plano nacional e internacional, consistindo com isso num projeto de integração como objetivo, solidariedade como filosofia e soberania como condição de existência. Apesar de ter começado com o propósito de construir uma integração na região de cunho econômico, atualmente se configura mais com um projeto social em sua essência, integrando componentes econômicos, sociais e políticos.

Entretanto, possui algumas limitações, como não ser membro de sujeito de direito público internacional, uma vez que não possui um tratado constitutivo, o que gera certos problemas para os projetos futuros na ALBA. Assim, sua inserção num contexto internacional possui pouca viabilidade por conta de sua baixa institucionalidade apesar de possuir importância geoestratégica regional para a região do Caribe.

4.3 CELAC

A Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) tem origem na “Declaração da Cúpula da Unidade”, adotada pelos Chefes de Estado e de Governo da América Latina e do Caribe durante reunião de Cúpula realizada na Riviera Maya, México, em fevereiro de 2010. Naquela ocasião, houve consenso em constituir um novo mecanismo de concertação política e integração, que abrigará os trinta e três países da América do Sul, América Central e Caribe.

A CELAC assumirá o patrimônio histórico do Grupo do Rio e da CALC, no qual ambos os mecanismos manterão suas agendas e métodos de trabalho paralelos até a conclusão do processo de construção da CELAC. A Declaração da Cúpula da Unidade da América Latina e do Caribe determinou ainda a constituição de um Foro Unificado como grupo de trabalho encarregado de redigir as regras de funcionamento do novo organismo em que a convergência da CALC e do Grupo do Rio ocorrerá de forma gradual. Além disso, é consenso entre os líderes que a criaram que a comunidade deverá trabalhar sobre a base da solidariedade, da inclusão social e da complementaridade.

Uma vez que a formação do grupo é muito recente, as expectativas quanto a seu futuro são ainda incertas. Ainda assim, cinco ideias principais podem ser constatadas desse projeto de integração regional que engloba toda a América

Latina e Caribe: 1 - projeto de integração de reconhecimento de uma construção mais flexível, com um fórum latino-americano e caribenho, com aceitação de todos os países; 2 - complexidade oriunda de sua multiplicidade de níveis e temas, o que demandará um pensamento político-estratégico conjunta de toda a região; 3 - viabilidade da construção de uma coletividade no futuro; 4 - participação do Caribe como essencial, uma vez que essa região é usualmente tratada como um tema a parte nos processos de integração regional até então, a despeito de sua importância geopolítica tanto para a América do Sul como para a América Central; 5 - cautela com as expectativas no curto prazo, onde podem lograr resultados não muitos satisfatórios uma vez que consiste num processo que engloba todos os países da região e, assim, necessidade de um maior poder de articulação entre suas diversas instâncias.

Dessa maneira, a construção da CELAC seria fundamental para construção de uma integração político-estratégica de toda a região uma vez que consistiria num passo importante para maior conexão entre América Latina e Caribe e, possivelmente, formulando uma identificação de uma nova regionalização.

5 Conclusão

Dentro do marco de uma integração político estratégica, pode-se interpretar que os modelos de integração com esse cunho atualmente em voga na região (UNASUL, ALBA, CELAC) devem ser compreendidos como esforços de atuar de uma forma diferente aos modelos antigos de integração e também como projetos distintos entre si, que possuem formulações e aspirações diferentes. Deve-se compreender tanto essas especificidades como os projetos antagônicos de integração que emergem na região, tendo como maior exemplo o Tratado Transpacífico.

O Tratado Transpacífico (Trans-Pacific Partnership, TPP) é um acordo de parceria econômica estratégica com o intuito de liberalizar ainda mais as economias da região Ásia-Pacífico e que possui importância significativa para a América Latina por compreender Chile, México, Peru e Colômbia.

O projeto do Tratado do Transpacífico se apresenta atualmente configurado como um processo contrário às iniciativas político-estratégicas propostas pelo presente trabalho e pelos processos atualmente existentes na América Latina e Caribe, constituindo-se como uma retomada do modelo liberal. Assim, o processo de integração político-estratégica na região encontra-se num estágio difícil a partir da segunda década do século XXI devido a questão da interpretação do Tratado Transpacífico como uma problemática a partir do projeto geopolítico principalmente dos Estados Unidos na América Latina e Caribe, tendo como principal objetivo a privatização dos recursos naturais e a liberalização do comércio no Pacífico, assim como propostas restritivas à propriedade intelectual, execução de patentes e direitos autorais.

Alinhado a este fato, é importante notar que a vontade e o arrojo dos países desenvolvidos (Estados Unidos e

União Européia) em buscar acordos bilaterais, os chamados TLCs (Tratados de Livre Comércio), que envolvem menor nível de compromisso em relação a uniões aduaneiras, explica em grande parte o crescente número destes tipos de acordo em relação aos arranjos regionais/plurilaterais.

As forças hegemônicas exógenas e endógenas – que seguem projetos de inserção subordinada no contexto internacional – vão contra as forças regionalistas estratégicas que desejam instaurar mudanças via integração regional em seus projetos de desenvolvimento.

Parece, portanto, que a dinâmica recente dos processos de integração econômica e os desafios de desenvolvimento latino-americano no atual contexto mundial avançam e exigem um grande esforço, sendo necessária uma vontade política dos governos da América Latina e do Caribe a fim de impulsionar sobre novas bases a integração regional, levando em consideração a inclusão de todos os avanços existentes referentes ao tema, ao mesmo tempo em que se deveria reformular e aperfeiçoar seu alcance e sua institucionalidade. As instituições regionais devem evoluir no tempo, em razão das condições objetivas, do papel que se espera que desempenhem no processo de integração, e de sua capacidade de respostas a novas demandas.

O contexto internacional demanda um arcabouço institucional eficiente determinado por novas regras do jogo, que transcendem a agenda nacional. A necessidade de lidar de forma conjunta com questões como meio ambiente, segurança energética, novas formas de telecomunicações, propriedade intelectual, monitoramento e combate a fatores como o bioterrorismo, espionagem global, são elementos novos que se somam a cada momento ao conjunto de temas de interesse dos países participantes.

No contexto endógeno dos países latino-americano, a integração sócio-ambiental, cultural, física, energética, financeira possui atualmente as condições concretas para serem implementadas, mas há a necessidade de um pensamento crítico integracionista. Não há possibilidade de benefícios se não houver um elemento essencial de estratégia de governo que vá além dos governos, na educação, nas escolas, nas ruas; não pode vir somente do topo, necessita um aporte de baixo. Portanto, deve-se discutir a criação de uma Unidade de Participação Popular no qual a integração não pode ser feita somente pelos governos, mas também no âmbito de seus povos que devem agir como atores, criando uma vontade popular de integração no qual o cidadão comum precisa sentir que a integração é benéfica para ele.

Deve-se assim realizar um salto estratégico nos projetos de integração na região, onde o desenvolvimento é o objetivo a ser alcançado. Nossa relação com o resto do mundo ainda possui muitas das velhas características da relação centro-periferia em que nosso desenvolvimento depende de como nos relacionamos entre si e com o mundo. Se há divisão, não há desenvolvimento; o caminho do desenvolvimento é a integração via poder geopolítico e posicionamento comum nas relações internacionais.

A integração é um projeto, e não um evento; assim

um comprometimento político-estratégico é importante na determinação do modelo desejado e na continuidade dos processos de integração, enfrentando os problemas encontrados com ajustes no processo, não com o seu questionamento.

Em suma, um projeto de integração regional deve engendrar com que os países participantes se desenvolvam economicamente e socialmente, reduzam sua dependência e vulnerabilidade externa, ganhem autonomia estratégica e projeção de poder no sistema internacional. Enfim, resolvam seus problemas internos e externos dentro de um amplo projeto civilizatório e de emancipação, que não poderiam resolver separadamente e que, no caso específico latino-americano, necessita da articulação entre Estado, sociedade civil e centros especializados para a formulação de políticas que engendrem o desenvolvimento pleno, soberano, desejável e viável no qual a igualdade é o horizonte, a mudança estrutural é o caminho, e a política é o instrumento.

Notas

[1] Logicamente, uma vez que o tema do presente trabalho busca sistematizar um enfoque de integração regional a partir de uma base político-estratégica discorda-se radicalmente deste viés de mercado voltado para um modelo de integração que priorize o “foco nos negócios” ao invés da discussão estratégica que a dimensão política pode agregar. Desse modo, não se entende a política como uma “barreira”, e sim como uma ferramenta democrática para a construção do modelo de integração regional que priorize não somente os fluxos comerciais e econômicos, mas concomitantemente as esferas política, social, cultural, ambiental, energética, infraestrutural.

[2] A presença de complementaridades produtivas pode aumentar a competitividade a partir da partição dos processos produtivos em vários países associada às condições preferências de comércio, contribuir para aumentar o grau de homogeneidade entre as economias de uma região e gerar um “multiplicador regional” em que uma economia em crescimento gera um estímulo de demanda sobre as demais economias de uma região. Assim, o tema da complementaridade produtiva se encontra intenso em outras regiões e quase inexistente na América Latina, tendo-se como exemplo o caso asiático, que sugere que a complementaridade produtiva pode melhorar a competitividade a partir de uma interação comercial e produtiva, cooperação monetária, paridades estáveis e disponibilidade de mercado regional de capitais.

[3] Apesar de não ser o escopo principal do presente trabalho, vale frisar que o projeto de integração da IIRSA segue o mesmo modelo extrativista em suas formulações estratégicas dos modelos de integração anteriores, desconsiderando os impactos sociais nas populações locais/nativas e os impactos ambientais.

[4] Ainda existem muitas indefinições sobre o Banco da Alba. Em 2009, os países do bloco acordaram que a instituição teria sede em Caracas. O governo venezuelano

disponibilizou US\$ 250 milhões para fomentar projetos de integração.

[5] Para constituir esse sistema no âmbito da Alba, os governos de Bolívia, Cuba, Equador, Nicarágua e Venezuela criaram um Conselho Monetário Regional, que administrará três estruturas: a moeda virtual Sucre, a Câmara de Compensação de Pagamentos entre os Bancos Centrais e um Fundo de Reservas e Convergência Comercial. Além dos Bancos Centrais, o Banco da Alba também participará ativamente neste processo. Além disso, o êxito do Sucre depende especialmente do equilíbrio comercial entre os países da Alba onde o instrumento teria muito pouca utilidade no caso de grandes desequilíbrios entre as exportações e as importações, ampliação do baixíssimo comércio entre esses países e busca de um maior equilíbrio comercial. Em fevereiro de 2010, Venezuela e Cuba efetuaram a primeira transação através desse sistema, com um valor bastante pequeno, equivalente a US\$ 135 mil. Em julho do mesmo ano, Venezuela e Equador realizaram a segunda transação por uma quantia de US\$ 2,4 milhões. Foram, até o momento, as duas únicas operações (SEVERO, 2011, p.87-88).

Referências

- BAUMANN, Renato. Integração regional: teoria e experiência latino-americana. Rio de Janeiro: Ltc, 2013.
- CEPAL (1994). “El regionalismo abierto en América Latina y el Caribe”. In Libros dela CEPAL, N^o.39. Enero de 1994.
- COSTA, Darc. Integrar é desenvolver a América do Sul. In: Integração da América do Sul. Brasília: Funag, 2010. p. 47-70.
- _____. La estrategia de la integración. In: COSTA, Darc (Org.). América del Sur: Integración e infraestructura. Rio de Janeiro: Capax Dei, 2012. Cap. 1. p. 7-28.
- FIORI, José Luís. O mundo como ele é. Revista Oikos, v.8, 2009.
- _____. O poder global e a nova geopolítica das nações. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- _____. O sistema interestatal capitalista no início do século XXI. In: FIORI, José Luís; SERRANO, Franklin; MEDEIROS, Carlos Aguiar de. O mito do colapso do poder americano. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 11-70.
- _____. Estado e desenvolvimento na América Latina: notas para um novo “programa de pesquisa”. Brasília: Comissão Econômica Para A América Latina e O Caribe - Cepal, 2013.
- MEDEIROS, Carlos A. (2007). “Os Dilemas da Integração Sul-Americana”. In: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento (Org.), Cadernos do Desenvolvimento. 5 ed. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado, 2008, pp. 213-254.
- PADULA, Raphael. Integração regional de infra-estrutura e comércio na América do Sul nos anos 2000: uma análise político-estratégica. 2010. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- RODRIGUES, Bernardo Salgado. A integração regional soberana da Unasul: uma análise dos conselhos setoriais. In: Anais do IV Simpósio de pós-graduação em relações internacionais do programa “San Tiago Dantas” (UNESP, UNICAMP, PUC-SP). São Paulo: 2013.
- RODRÍGUEZ, Octavio. O estruturalismo latino-americano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- SANTOS, Theotônio dos. Imperialismo y dependencia. Cidade do México: ERA, 1978.
- SEVERO, Luciano Wexell. Integração da América do Sul: mecanismos regionais de financiamento. 2011. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia Política Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.